

Linguística Aplicada, epistemologias decoloniais e pedagogia freiriana: articulando linguagem, educação e resistência

Applied Linguistics, decolonial epistemologies, and freirean pedagogy: a foundation for training the applied linguist

Carlos Eduardo F. da Cruz  

carlos.cruz@ifce.edu.br

Instituto Federal do Ceará – IFCE

Resumo

A partir da intersecção entre Linguística Aplicada, estudos decoloniais e pedagogia freiriana, buscamos articular linguagem, educação e resistência. Tomando como base a Linguística Aplicada Crítica (Rajagopalan, 2003, 2006, 2010; Kleiman, 2013), INdisciplinar (Moita Lopes, 2006) e Transgressiva (Pennycook, 2006), que focaliza as vozes do Sul, questionamos o Norte global como única fonte de conhecimento. Além disso, as epistemologias decoloniais (Quijano, 2005; Lander, 2005) fornecem pressupostos para a desconstrução da visão eurocêntrica e o fortalecimento dos saberes locais e periféricos. Nesse sentido, a pedagogia de Paulo Freire (1983, 1987, 1992) possibilita práticas de ação educacional voltadas para a emancipação e resistência à opressão. Por fim, defendemos uma educação linguística comprometida com a justiça social, que valorize práticas de linguagem que promovam a transformação e o empoderamento das vozes do Sul.

Palavras-chave

Linguística Aplicada. Estudos Decoloniais. Pedagogia Freiriana. Linguagem e Educação. Resistência.

Abstract

From the intersection of Applied Linguistics, decolonial studies, and Freirean pedagogy, we seek to articulate language, education, and resistance. Based on Critical Applied Linguistics (Rajagopalan, 2003, 2006, 2010; Kleiman, 2013), Indisciplinary Applied Linguistics (Moita Lopes, 2006), and Transgressive Applied Linguistics (Pennycook, 2006), which focus on the voices of the Global South, we question the Global North as the sole source of knowledge. Furthermore, decolonial epistemologies (Quijano, 2005; Lander, 2005) provide assumptions for deconstructing the Eurocentric view and strengthening local and peripheral knowledge. In this sense, Paulo Freire's pedagogy (1983, 1987, 1992) enables educational action practices aimed at emancipation and resistance to oppression. Finally, we advocate for a language education committed to social justice that values language practices that promote the transformation and empowerment of the voices of the Global South.


Keywords

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 05/08/2024

Aprovação do trabalho: 07/11/2024

Publicação do trabalho: 20/03/2025

 10.46230/lef.v16i4.14660

COMO CITAR

CRUZ, Carlos Eduardo F. da. Linguística Aplicada, epistemologias decoloniais e pedagogia freiriana: articulando linguagem, educação e resistência. **Revista Linguagem em Foco**, v.16, n.4, 2024. p. 77-93. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/14660>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Introdução

Considerando que as práticas sociais de uso da leitura e da escrita na Linguística Aplicada (doravante LA) devem estar ancoradas em uma base epistemológica decolonial, neste ensaio proponho uma articulação entre a LA, os estudos decoloniais e a pedagogia de Paulo Freire como um dos vários caminhos possíveis para uma educação linguística fundamentada na resistência dos povos do Sul global.

De início, discuto a perspectiva da Linguística Aplicada Crítica/Indisciplinar/Transgressiva proposta por Rajagopalan (2003, 2006), Moita Lopes (2006), Pennycook (2006) e Kleiman (2013). Pois ela, além de articular uma série de conhecimentos com outras áreas do saber, tem um compromisso ético e político, sendo sensível às vozes do Sul global, isto é, às vozes das pessoas que habitam no hemisfério Sul do planeta, as quais são muitas vezes excluídas dos processos de produção, divulgação e consumo do saber, da economia etc.

Na esteira desse pensamento do Sul global, baseio-me nos pressupostos da epistemologia decolonial, cuja ideia nuclear consiste em problematizar o saber produzido e reproduzido pelos sujeitos que vivem nos países em desenvolvimento. Para os pensadores desse postulado, o discurso hegemônico do neoliberalismo vai muito além de uma teoria econômica; ele influencia e naturaliza as relações sociais, a produção, a cultura, a distribuição do conhecimento, a linguagem por exemplo. Nesse sentido, discuto conceitos relevantes da epistemologia decolonial com vista a reforçar a ideia de que nossa epistemologia contemporânea, elaborada pelos agentes sociais do Sul global, deve ser banhada na experiência dessas pessoas em seus contextos e não ser meramente uma reprodução passiva e acrítica das teorias produzidas pelo Norte.

Em seguida, trago para o debate a relevância de considerar, nesse processo, a pedagogia crítica fomentada por Paulo Freire (1983, 1987), na qual ele trata do papel do(a) educador(a) na conscientização das pessoas. Mais do que ser um iluminador ou um portador(a) da verdade capaz de resolver os problemas dos(as) oprimidos(as) e marginalizados(as), o(a) educador(a) é um(a) agente de empoderamento social. Esse empoderamento, entretanto, vale ressaltar, advém da ação coletiva/conjunta dos(as) participantes e não de uma prática individual/isolada.

Por fim, reforço a necessidade de articular linguagem e educação como forma de construir práticas de resistência nos estudos e pesquisa no Sul global.

Linguística Aplicada Crítica/Indisciplinar/Transgressiva: auscultando as vozes do Sul

Antes de pisarmos propriamente no terreno da LA Crítica, que hoje trafega com mais desenvoltura e interage sobretudo com as Ciências Sociais, é preciso, mesmo que seja de forma sucinta, mirarmos o olhar para onde tudo começou a fim de que possamos vislumbrar as potencialidades de nossa área e de nossa prática-teoria.

A LA surgiu, consoante Rajagopalan (2010), precisamente na Inglaterra. Como forma de salvação para o estado crítico em que se encontrava (a II Guerra Mundial), os ingleses, por meio do Conselho Britânico – que era composto por professores também –, viram uma oportunidade ímpar de expandir a língua inglesa mundo afora. Já se percebe, aqui, uma atitude político-colonizadora dos “irmãos” do Norte com o intuito de colonizar pela linguagem inúmeros lugares que seriam invadidos.

O fato supracitado faz cair por terra a tese de que o conhecimento produzido na ciência, especialmente em LA, é neutro. Como bem adverte Rajagopalan (2010, p.14): “Ideias têm pátria, tem geografia, sim!”. Logo, não há construção de conhecimento, compreensão, leitura e interpretação desgarrada de seu contexto situado. É como bem nos ensina Leonardo Boff (1997, p. 9 e 10) em seu emblemático livro “A águia e a galinha” que trata, dentre várias temáticas, da descolonização do pensamento: “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”. Ou seja, tudo o que é ideologizado é construído a partir de uma história, de um lugar, de um tempo, com interesses em vista, nada está desvinculado de uma proposta política (RAJAGOPALAN, 2003).

Indo ao encontro do que diz Bakhtin (2009, p. 31): “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Nesse sentido, quem pensou em fazer da LA uma mera aplicadora da Linguística (Rajagopalan, 2003, 2010), pensou – mesmo sem querer – em torná-la subserviente a um conhecimento pretensamente neutro, universal com vista ao progresso, bem ao modo da ciência modernista (PENNYCOOK, 1998).

Não é à toa que a Linguística Aplicada, pelos idos dos anos 70, estaria imersa em um entranhável projeto imperialista britânico de colonização econômica, política, linguística (Rajagopalan, 2010). Porém, a partir dos anos 80 e 90, a

LA passou sensivelmente por mudanças expressivas, requerendo um amplo cabedal metodológico e investigativo, ampliando ainda mais seu escopo movente ao buscar abordagens inter e transdisciplinares (Signorini; Cavalcanti, 1998) para responder perguntas que nascem no campo, no cotidiano, na interação com entre pessoas. Desse modo, as questões de pesquisa não poderiam ser pré-fabricadas, mas urdidas no campo de pesquisa com as pessoas envolvidas do contexto sócio-histórico.

Moita-Lopes (1998, p. 114) afirma que o pesquisador em LA, “partindo de um problema com a qual as pessoas se deparam com a linguagem”, deve recorrer a várias disciplinas - daí a interdisciplinaridade - necessárias que deem conta de compreender o fenômeno em análise. E é, a partir de um contexto sócio-histórico, no qual a ação linguageira acontece, que se deve entender por aplicação. A aplicação, segundo o autor, é constituída no local de interação e não construída a priori.

Essa ideia contemporânea de aplicação na LA contrasta com o mero aplicacionismo visto no início dessa disciplina, cuja finalidade se resumia em transformar em algo “prático”¹ o que a teoria linguística proporcionava. Embora tenha nascido à sombra da Linguística teórica/geral, a LA não surgiu para ser simplesmente uma consumidora de teoria (como foi durante muito tempo), mas seria ela a responsável, nos dias atuais, por ressuscitar a disciplina-mãe: a Linguística (Rajagopalan, 2003). Isto é, tornar útil e prático o conhecimento produzido em um contexto de aplicação.

Desse modo, urge trazer as vozes do sul silenciadas pelo mundo ocidental (índios, negros, mulheres, homens e mulheres homoeróticos, pobres dentre outros/as) para construir novas formas de compreensão da vida social. E, assim, com novas narrativas, é possível construirmos novas formas de inteligibilidade, novas maneiras de resistir/viver no mundo. O passo inicial para a construção dessa nova epistemologia se dá na tentativa de enxergar o mundo por lentes não ocidentais, uma vez que ela encobriu outras formas de experiências e conhecimentos (Moita Lopes, 2006).

O sujeito inscrito na pesquisa moderna/positivista (Pennycook, 1998) não atende ao modo de coconstrução do conhecimento na contemporaneidade, uma vez que admite a clara separação entre sujeito e objeto de pesquisa. Para

1 Prático, nesse contexto, em nada condiz com o sentido entendido pela LA Indisciplinar/Transgressiva/Crítica. Esse “prático” usado na fase inicial dos estudos em LA em nada se caracteriza por ser criativo, crítico e libertado.

tanto, faz-se necessário considerar como válidas diferentes formas de construção de conhecimento e organização sociocultural, contrapondo-se à visão hegemônica ocidental.

É preciso se desvencilhar da forma estreita de produção de conhecimento em que o olhar ocidentalista – diga-se europeia e anglossaxã – predomina nos estudos em LA. E mais: não basta compreender ou explicar o mundo – como a ciência moderna/positivista eurocêntrica vem fazendo –, mas, sobretudo, buscar transformá-lo. Eis aí um dos objetivos dos linguistas aplicados “críticos” (Pennycook, 1998, 2006): a transformação da realidade. Ser crítico significa pôr em foco questões e interesses dos relegados socialmente, além de trazer à baila formas autênticas de politização.

Nesse sentido, a LA pode e deve contribuir para uma nova e mais igualitária construção do mundo social a partir da construção de uma agenda ética que seja capaz de re-narrar a vida social, tendo os marginalizados do mundo como protagonistas. Para Moita Lopes (2006), a LA precisa ser encarada como uma área de investigação, mais aberta à inter-transdisciplinaridade, ou seja, “Indisciplinar”. Essa nova epistemologia não busca ser melhor do que outras, mas procura ter clareza sobre as implicações éticas das escolhas dos pesquisadores e dos limites teóricos de cada abordagem. Para uma LA contemporânea, cujo foco é o político, o social e a história, não há porque, se centrar em teorizações abstratas que pouco falam das práticas sociais. A teorização nasce do diálogo perene da prática com a teoria. Comungando com esse pensamento, Rajagopalan (2006) argumenta que a teoria deve ser concebida considerando a sua praticidade, e, se assim não o for, ela de nada serve para o campo da prática.

A necessidade de haver um sujeito corporificado na ciência é uma reivindicação da LA. É falso, para Moita Lopes (2006, p. 103), a ideia de que é possível fazer ciência despolitizada, autônoma e neutra, como sustenta: “Não há lugar fora da ideologia e não há conhecimento desinteressado”. Encarar o sujeito em um vácuo social é apagar sua experiência nas práticas socioculturais (Rajagopalan, 2003, 2006). É lamentável, portanto, ver que visões de linguagem e de produção de conhecimento desse tipo, só contribuem para mascarar a realidade e, consequentemente, e manter o status quo.

Questões relativas à ética e ao poder estão intrinsecamente envolvidas quando se trata do sujeito social e sua relação com a alteridade (Moita-Lopes, 2006). Na problematização das práticas sociais, ele argumenta que urge escolher significados que não causem sofrimento humano [e não humano, acrescento eu] ou não prejudiquem os outros [o meio ambiente e os animais, por exemplo].

É preciso que significados vindos de vozes e visões marginalizadas sejam postas em destaque para que haja construção de um novo mundo social. Dessa maneira, a LA tem a contribuir para um novo paradigma epistêmico e sociopolítico.

Rajagopalan (2003, 2006) tem mostrado sua preocupação no que tange aos rumos que a LA vem tomando. Para este autor, como vimos, a LA foi por muito tempo uma subdisciplina da Linguística, servindo de mera reprodutora de suas teorias. Com um tempo, a LA passou a fazer suas teorias, porém acabou se voltando exclusivamente para a própria teoria. Rajagopalan critica ambos posicionamentos e adverte que se a teoria não for pensada tendo como fim tornar prático e útil os conhecimentos que vem produzindo, ela deve ser posta de lado. Para o autor, a teoria deve ser forjada na práxis e não o contrário. Como saída para esse impasse, Rajagopalan (2006) defende que a LA rompa com a tradição da Linguística com o intuito de poder pensar livremente – e, claro, com ética e política – os novos rumos para se construir conhecimento nos estudos da linguagem.

Corroborando os autores citados, Pennycook (1998), por sua vez, argumenta que a epistemologia modernista, a qual fundamenta a Linguística e Linguística Aplicada tradicional, em nada tem a contribuir com os novos modos de re-narrar a vida social. Para ele, os estudos em LA, sustentados no Positivismo, por muito tempo negligenciaram os aspectos políticos e históricos da linguagem, resultando na despreocupação com o social, na separação sujeito-objeto e política-educação. Pennycook (1998, 2006) aponta a abordagem de uma perspectiva crítica como um modo de desvencilhar de uma produção de conhecimento a-histórica e a-social em LA. Para isso, o autor acrescenta a expressão “Crítica” à LA, tornando-a em Linguística Aplicada Crítica (LAC), que, segundo ele, no lugar de ser uma disciplina, a LAC estaria mais voltada para uma antidisciplina, para a transgressão do pensamento disciplinador tradicional.

Na esteira dessa abordagem antidisciplinar, crítica, inter/transdisciplinar, transgressiva da LA, Fabrício (2006) admite que o ponto de vista norteador para as questões nessa área é compreender os fenômenos sociais como “um campo de problematizações” e não dentro de um espaço-tempo delimitado, isolado – daí o avesso ao pensamento de estudar a língua como um objeto autônomo, deslocado de seu contexto sociocultural/cognitivo. Desse modo, a autora aponta três aspectos cuja revisão epistemológica nos estudos em LA é necessária, e que, de algum modo, já vem sendo construída por alguns pesquisadores, a saber: a linguagem como prática social, a não neutralidade das práticas discursivas e a multissemiotização discursiva na construção de sentidos. Conseqüentemente,

essa atitude crítica perante à linguagem obriga a construção de agendas política, transformadora/intervencionista e ética.

Podemos perceber que a preocupação de Rajagopalan (2003, 2006, 2010) e de Moita Lopes (2006) não é sem razão. Suas ideias são partilhadas e vão ao encontro de não somente pesquisadores/as do âmbito da linguagem, mas também de outros que buscam dar novos significados aos estudos das ciências sociais e humanas. Por isso, creio que são válidas suas considerações sobre a necessidade de dedicarmos um novo olhar sobre o modo de como estão sendo construídos os conhecimentos científicos, em especial na Linguística Aplicada.

Com base nessa perspectiva, essa abordagem de contemplar as vozes do sul é retomada por Kleiman (2013), que procura se desvencilhar da concepção teórica hegemônica de conhecimento e dá destaque a elaboração de uma agenda investigativa de ação e intervenção fundada nas vozes dos sujeitos situados sócio-historicamente no Sul do globo. Um dos passos iniciais para essa nova agenda é dialogar com os/as pesquisadores/as que estão à margem do processo de construção hegemônica do conhecimento. Conhecer esses críticos que estão nas fronteiras é essencial para fortalecer a agenda e elaborar conhecimentos situados e condizendo com realidade cultural dos povos marginalizados. Em outras palavras, a autora defende que a Linguística Aplicada seja cada vez menos dependente da epistemologia ocidental do Norte e mais sintonizada com a da América hispano-falante e do Brasil.

Pensando nessa perspectiva sugerida pela pesquisadora, proponho que se conheça um pouco mais a agenda de pesquisa que nutre as pessoas que buscam construir conhecimentos decoloniais; para tanto, no tópico a seguir, argumento que urge descolonizar o conhecimento para que novas formas de estudar a linguagem, por exemplo, possam emergir de ambientes que estão à margem da produção do conhecimento eurocêntrica.

Decolonizando a linguagem, decolonizando o pensamento

Em “A águia e a galinha”, Boff (1997) conta-nos a história do educador popular James Aggrey, que, lutando para libertar Gana do domínio colonial inglês, percebeu a necessidade libertar a consciência de cada ganense. A ideia de contar uma história de transformação pessoal e coletiva, metaforizada na águia e na galinha, foi um passo marcante para modificar no imaginário e despertar a ação de um povo que estava “enfeitiçado” pelo espírito do colonizador. Ele, assim, finaliza

seu discurso:

Irmãos e irmãs, meus compatriotas! Nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus! Mas houve pessoas que nos fizeram pensar como galinhas. E muitos de nós ainda acham que somos efetivamente galinhas. Mas nós somos águias. Por isso, companheiros e companheiras, abramos as asas e voemos. Voemos como as águias. Jamais nos contentemos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar. (Boff, 1997, p. 34).

Boff (1997) destaca que, assim como James Aggrey, Paulo Freire, aqui no Brasil, também pensava que antes da libertação política deve acontecer a libertação da consciência. Livrar-se das amarras da colonialidade é um processo bem mais complexo do que se desprender da colonização. De acordo com Quijano (2000), a colonialidade é fruto do colonialismo, por isso mais resistente e persistente na mentalidade das pessoas. Esse espectro se configura como um mal a todos os países que passaram pelo processo de colonização de exploração, principalmente. Como disse, a colonialidade é mais profunda e resistente que o processo de colonização, ela se baseia na negação do conhecimento construído pelos povos dominados. Para ilustrar o que acabo de dizer, narro aqui um pequeno episódio vivenciado por mim, durante minha pesquisa de doutorado (CRUZ, 2016), em um dos encontros com jovens de uma comunidade da periferia de Fortaleza.

Ao tratarmos sobre a questão do saber português, uma das jovens comentou que o português era difícil e que ela não sabia nem falar nem escrevê-lo de forma correta; para ela, as várias regras do português faz com que não se aprenda adequadamente, gerando um déficit da aprendizagem na matéria. Não satisfeita com as colocações, a jovem estabeleceu um paralelo com a língua inglesa afirmando que, por ser falada na maioria dos países e por estar presente na música, cinema, por exemplo, o inglês era melhor de se aprender e arrematou: “O inglês é melhor, é uma língua mais bonita, diferente, sei lá... É muito legal saber falar inglês”.

Considerando esse breve diálogo, percebe-se que a colonialidade ainda se faz presente pelo menos de duas maneiras: primeiramente, no sentimento de incapacidade expressado pela jovem ao admitir que não sabia português mesmo sendo falante dessa língua, o que reforça a tese do fantasma colonial português (BAGNO, 2003); em segundo, na exaltação da língua inglesa como portadora de uma beleza e de uma distinção que ela não sabe explicar “sei lá” (o que se configuraria em um outro fantasma colonial, agora estadunidense).

Esse poder de fazer os povos colonizados desacreditarem na cultura a qual foram formadas é uma estratégia de poder social, política, religiosa e econômica traduzidos em um único tipo de conhecimento, o ocidental, conforme defendem os teóricos dos estudos decoloniais. Nessa perspectiva, Street (2014) tem denunciado a prática de transferência de letramento autônomo e pretensamente neutro por considerar que quando se ensinam práticas de letramento, ensina-se, sobretudo, a cultura daquele que se autointitula letrado. A título de exemplo, temos o caso de países ocidentais que impuseram suas práticas aos “nativos iletrados” do continente africano.

Desse modo, os letramentos coloniais estão piores de valores da colonização eurocêntrica, cujo “modelo pressupõe uma única direção em que o desenvolvimento do letramento pode ser traçado e associa-o a ‘progresso’, ‘civilização’, liberdade individual e mobilidade social” (Street, 2014, p. 44). Saber das estratégias coloniais é essencial para combatê-la. Por isso, cabe a nós, educadoras/es, pesquisadores/as da linguagem, compreender de que forma a colonialidade vem se encrustando em nossas práticas sociais.

Mostrando a abrangência da colonialidade, Lander (2005) destaca que, no plano econômico, ela se apresenta através de medidas neoliberais. O conjunto de políticas adotadas pelo neoliberalismo deve ser compreendido como um discurso hegemônico de um modelo ideal de civilização, não apenas como uma teoria estritamente econômica restrita, mas produção do conhecimento está atrelada ao sistema de produção capitalista, o qual vem se construindo desde a Idade Moderna. Por conseguinte, o potencial do pensamento científico elaborado nas sociedades liberais naturalizou as relações sociais, a ponto de essas sociedades serem vistas como a portadora de um modelo de vida pleno, configurando-se como uma evolução natural das coisas.

Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que a jovem da comunidade aceitou “naturalmente” a ideia que a língua inglesa seja, sim, mais bela, agradável do que a língua portuguesa, porque, “naturalmente” o mundo fala o inglês². Com bem ressaltou Rajagopalan (2010), a expansão e a divulgação da língua inglesa no mundo ocorreram por meio de um estratagema construído pela coroa britânica com apoio de militares, educadores e linguistas, incluindo pesquisadores da linguística aplicada. Tendo isso em conta, é possível rebater o equívoco de que a

2 A crítica a essa abordagem de naturalização do inglês na contemporaneidade por ser encontrada em Rajagopalan (2003, 2010).

língua inglesa ganhou popularidade e aceitação mundo afora de forma “natural”.

Quijano (2005) amplia o debate sobre a colonialidade e mostra que ela começou na expansão ultramarina, culminando na conquista da América, especificamente, na América do Sul, expressão cunhada pelos europeus. Segundo este autor, a Europa passou a ser historicamente a designadora de identidades tais como: América Latina, negro, mestiço, por exemplo. Ao assumir um novo padrão de poder mundial com a conquista das novas terras, a Europa também concentrou, sob sua hegemonia, o comando de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e, em especial, da produção, distribuição e consumo do conhecimento.

Os colonizadores europeus, por conseguinte, operaram modificações na relação intersubjetiva de dominação entre a Europa e o novo mundo que estava sendo colonizado. Conforme Quijano (2005), novas identidades geoculturais passaram a ser construídas. Para tanto, foram realizadas, basicamente, três ações: a expropriação dos povos colonizados com vista ao desenvolvimento capitalista europeu; a repressão contínua e tenaz da produção de conhecimento dos povos conquistados e, por último, e a imposição cultural aos dominados em tudo que fosse preciso para a manutenção da ideologia europeia.

O resultado disso, no que tange às relações intersubjetivas, foi a configuração de categorias binárias, tendo como centro a Europa Ocidental: Oriente-Occidente, tradicional-moderno, mítico-científico. Os europeus tiveram a capacidade e a astúcia de disseminar a sua perspectiva histórica, geográfica e sociocultural como sendo a correta, a ideal, a natural, tornando-se, portanto, a visão hegemônica no universo intersubjetivo de padrão universal, é que vemos em Lander (2005, p. 8) quando diz que essa

[...] forma hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científica e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada – e, no entanto, a mais normal – da experiência humana, está apoiada em condições histórico-culturais específicas.

Para que esse discurso globalizador se instaurasse, foi preciso que se tivesse elaborado a ideia de que há uma sociedade dita “normal”, cuja formação se deu naturalmente com o tempo, no caso, os países da Europa. Se, por um lado, a constituição histórica das disciplinas científicas apresenta a existência de conhecimentos e objetivos válidos universalmente na ciência moderna europeia; por outro, as outras formas de existir, de conhecer, de saber passam a ser vistas como

arcaicas, pré-modernas, primitivas, carentes de cientificidade.

Com vista a combater a colonialidade nos estudos da Linguística Aplicada, Kleiman (2013) aposta na decolonização epistemológica como saída para a construção de saberes que possam ser construídos com e por grupos que estão à margem dos centros de pesquisas hegemônicos. Essa desconstrução, a meu ver, passa, indubitavelmente, pelo aspecto político de construir a pesquisa, ou melhor, pela forma de encarar a produção do conhecimento.

É possível perceber que a abordagem de pesquisa delineada por Kleiman (2013) – denominada por ela de Linguística Aplicada Crítica (LAC) – está em consonância com o que diz Boff (1997, p. 9): “A cabeça pensa onde os pés pisam”. Isto é: o conhecimento é urdido com as pessoas que compõem o local de pesquisa-intervenção, as questões e os objetivos de pesquisa saem da teia fabricada no calor social, que, sem ele, não há como produzir inteligibilidade contextualizada, engajada e comprometida com os/as agentes sociais.

Longe de propor uma LA independente, ufanista, eminentemente brasileira que refaz conceitos e métodos produzidos nos países do norte do Ocidente, urge a construção de propostas viáveis e relevantes que possam ocupar espaços no jogo do poder acadêmico. Neste sentido, defendo a inserção dos/as investigadores/as em movimentos políticos de grupos sociais participantes da pesquisa no intuito de apreender outros conhecimentos diferentes dos hegemônicos, os quais são transmitidos e preservados historicamente por órgãos fortemente institucionalizados (escola, universidade, igreja, Estado, por exemplo).

Além disso, o diálogo frutífero e necessário a partir da periferia deve ser fomentado e exercido com o objetivo de prover saídas e soluções aos problemas enfrentados. Outrossim, as/os linguísticas/os sintonizados com a proposta de ruptura das barreiras acadêmicas devem acolher novos paradigmas de pensamento construídos dentro e, principalmente, fora do meio acadêmico.

Do Nortear para o Sulear: aprendendo com a pedagogia de Paulo Freire

Até aqui o/a leitor/a já tem se familiarizado com expressões que remetem à região Sul do globo, tais como “sulear”, “ouvir as vozes do sul” etc. Minha argumentação, pois, direciona-se em defender uma nova forma de construção de conhecimento que tem como base a sabedoria e a experiência dos marginalizados/as, principalmente daqueles que se encontram no sul ou então, mesmo estando no Norte, sofrem como aqueles do Sul. Para tanto, cabe neste momento situar

foi e em que contexto sociocultural o nome “sulear” foi entretido para que possamos vislumbrar possibilidades, transformação e alargamento de tal conceito.

Como lembra Adams (2010), a palavra “sulear” não conta nos dicionários; talvez por isso muitas pessoas acham estranho quando a ouve ou a lê. Contudo, Paulo Freire foi um dos primeiros estudiosos, no âmbito educacional, a propor o “sulearmento” das ideias e do conhecimento. Em seu livro *Pedagogia da Esperança* (1992), o educador brasileiro cunhou a expressão “sulear” em oposição à visão etnocêntrica e capitalista do hemisfério Norte e de alguns países europeus. Analisando o Brasil da sua época, Paulo Freire defendeu a necessidade de compreender a herança colonial que nos acompanha ainda hoje para que pudéssemos vencê-la, pois, consoante Freire (1992), o nosso país surgiu e se desenvolveu sem nenhuma experiência de diálogo, sofreu uma colonização predatória, à base de uma intensa exploração econômica.

Deste modo, a enorme base escravista não possibilitou uma estrutura política democrata e popular; com efeito, as soluções paternalistas surgiram no âmago de nossas heranças culturais, resultando, por conseguinte, na dependência do povo brasileiro. Essa dependência foi traduzida na importação de paradigmas advindos da Europa e dos Estados Unidos, a saber: economia, política, cultura, ensino, conhecimento, ciência, dentre outros. Com base nessa herança, importaram-se modelos do Norte, inclusive, as instituições políticas, como os ideais positivistas, os quais nos marcariam, inclusive, em nossa bandeira nacional.

O antídoto para essa herança é de suplantarmos as receitas importadas por modelos endógenos, isto é, modelos que venham de dentro para fora; e, no lugar do sentimento e da ideia de inferioridade, o melhor a se fazer é viabilizar projetos locais autônomos, situados culturalmente. Para Adams (2010), entretanto, esses projetos não se sustentaram devido à estrutura socioeconômica a qual os sujeitos eram submetidos à época. Sem muitas alternativas de projetos para o país, vários intelectuais da época descomprometidos com os/as oprimidos/as, foram porta-vozes da elite colonial brasileira fortalecendo a colonialidade na mente do povo.

Para ilustrar que nos dias atuais isso ainda ocorre, trago aqui a denúncia do sociólogo Jessé Souza acerca do sequestro da inteligência brasileira feita por um “exército de violência simbólica” responsável por legitimar, em seus discursos, os privilégios da elite contemporânea brasileira:

Indivíduos e classes sociais inteiras têm que, efetivamente, ser feitos de “tolos” para que a reprodução de privilégios tão flagrantemente injustos

seja eternizada. Daí ser fundamental compreender como intelectuais e especialistas distorcem o mundo para tornar todo tipo de privilégio injusto em privilégio merecido ou, na maior parte dos casos, privilégio invisível enquanto tal. Os poucos que controlam tudo precisam desses intelectuais e especialistas do mesmo modo que os coronéis de antigamente necessitavam de um pequeno exército de cangaceiros. Eles são seu “exército de violência simbólica” assim como os coronéis do passado possuíam seu “exército de violência física” (Souza, 2015, p.11).

Como forma de combater a colonialidade, sulear é preciso, ou seja, buscar autonomia, ser protagonista, produzir conhecimento e pensar a partir do Sul, a fim de alcançar a emancipação com vista a invenção de um projeto de vida no qual contemple a voz dos esfarrapados do mundo. Destarte, entendo que essa forma de compreensão do mundo ressoa em uma visão epistemológica, política e ética; e, como toda visão, necessita, igualmente, de ser entendida, refletida e praticada por todas/os aquelas/es que se encontram nas condições do Sul. Como bem alerta Adams (2010), o Sul e o Norte não se limitam ao espaço geográfico, uma vez que o Sul também está no Norte.

Além de Paulo Freire, outros estudiosos passaram a discutir e a desenvolver a noção de vida, de conhecimento que emerge do “Sul”. Para Santos (2010), o Sul, caracterizado por uma perspectiva epistemologia e política, pode ser compreendido como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo. Com efeito, as relações desiguais na economia e na política entre o Norte e o Sul colaboram, segundo Quijano (2005) e Adams (2010), na manutenção da colonialidade.

Apesar desse desequilíbrio, podemos perceber que nos dias atuais o Sul tem se tornado um contraponto à globalização, ao Norte; na medida que, cada vez mais, o saber, a experiência, a cultura, a arte, dentre outras manifestações, nascidas no Sul passam a ser reconhecidas e valorizadas. “Sulear”, então, significa

[...] o processo de autonomização desde o Sul, pelo protagonismo dos colonizados, na luta pela emancipação. Implica uma ação autônoma desde o Sul, enfrentando a integralidade das questões presentes na colonialidade do saber e do poder que tem a ver com um outro projeto de vida envolvendo a cultura, a economia, a política, a ciência e outras dimensões. (ADAMS, 2010, p.386).

Desta forma, “sulear” vai além da mera polaridade geográfica entre Sul e Norte, porque não implica necessariamente negar os elementos positivos do

Norte, mas demanda, sim, uma construção situada e processual com vista à outra realidade, mais humanizada e fraterna, que tem como ponto de partida a perspectiva dos esfarrapados do mundo e os que neles se encontram.

Esse “suleamento” desemboca necessariamente em uma nova práxis, diferente: uma pedagogia do oprimido (Freire, 1987), por exemplo. Longe de ser uma prática bancária de acumulação descontextualizada do conhecimento, unilateral e vertical, uma pedagogia do sul consiste em ser produzida conjuntamente com os oprimidos; sem eles, essa pedagogia se reduz como tantas outras que, de fora para dentro, tentam resolver problemas desconsiderando o contexto e os/as protagonistas sociais. Acabam, por consequência, não levando em conta o poder criativo e a resistência dos/as agentes da comunidade.

É com esse sopro que vem do sul que trazemos a inspiração e o imperativo de conjugar o verbo sulear nos estudos da linguagem. Conhecer as práticas e os/as agentes de letramentos da juventude da periferia, por exemplo, é crucial para entender e coconstruir com ela formas de resistência e transformação na/ com a/pela linguagem.

Vivendo a Palavra

Embalado por esse belo coro de vozes do sul, concluo este ensaio justificando que a articulação entre Linguística Aplicada, estudos decoloniais e pedagogia freiriana se faz necessária, visto que a vida e o conhecimento, especialmente o linguístico, constituem intersubjetividades, proporcionando, assim, a transformação social. A urgência de decolonizar o conhecimento em LA tem como objetivo fundamental situar e considerar as vozes advindas do Sul global, por isso questionar a hegemonia do Norte se faz necessário na construção de uma nova cosmologia em que se considere, valorize e respeite as vozes daquelas e daqueles que constituem os povos do Sul.

A pedagogia de Paulo Freire é ainda uma aposta viva e cheia de empoderamento educacional, político e social. Ao promover a consciência e a emancipação dos povos por meio da educação, Freire (1983) a entende como um processo de transformação social e resistência à opressão.

Um exemplo da articulação entre Linguística Aplicada, estudos decoloniais e pedagogia freiriana pode ser encontrado nas diversas ações promovidas pelo Viva a Palavra, programa de extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ao realizar atividades que dialogam a partir da realidade da periferia de

Fortaleza, o Viva a Palavra vem, desde 2014, coconstruindo com os moradores do Bairro da Serrinha e a comunidade acadêmica atividades, cursos, oficinas, manifestações e uma biblioteca comunitária. Com base nessas práticas, o Viva a Palavra vem construindo coletivamente uma educação popular crítica e emancipadora.

Nesse sentido, ao articularmos linguagem, educação e resistência a partir das vozes do Sul global, incorporamos práticas sociais de uso da língua mais justas e inclusivas tendo em vista a transformação social. Portanto, pensar em ações que visam compreender, melhorar e propor alternativas para os problemas do mundo que envolvem a linguagem é uma tarefa e uma atitude esperançosa que mobilizam aquelas e aqueles que têm esperança na construção de um mundo mais solidário, justo e diverso.

Referências

ADAMS, Telmo. Sulear. In: STRECK, Danilo; REDIN Euclides; ZITKOSKI, Jamei (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2.ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2009.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CRUZ, Carlos Eduardo F. **Travessias cartográficas das práticas de letramentos não escolares da juventude da periferia de Fortaleza: uma vivência no programa Viva a Palavra**. 2016. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2016.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescobertas em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p.45- 65.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

KLEIMAN, Angela B. Agenda de pesquisa e ação em Linguística Aplicada: problematizações.

In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Linguística Aplicada na modernidade recente**. Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.8-23.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p.85-108.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada? In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda. **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p.113-128.

PENNYCOOK, Alastair. A linguística Aplicada dos anos 80: em defesa de uma abordagem crítica. Tradução de Denise B. Braga e Maria Cecília dos Santos Fraga. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p.23-50.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p.67-84.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.107-130.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Uma Linguística Aplicada plenamente emancipada: um sonho ou uma perspectiva concreta? **Linguagem em foco**. v.2, n.2, Universidade Estadual do Ceará, 2010, p.19-22.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

Sobre o autor

Carlos Eduardo F. da Cruz - Doutor em Linguística Aplicada. Professor do Curso de Letras Português-Inglês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE/Campus Tabuleiro do Norte); Tabuleiro do Norte-CE. E-mail:

6 Cf. O Atlas da Violência no link <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

carlos.cruz@ifce.edu.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5563330565875768>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-1314-3169>.